



Anais da Assembléia

DA.121

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 23 DE OUTUBRO DE 1986.

ANO XII

4.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA
ATA DA 105.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1986
QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tuguio Setogutte e Augusto Carneiro. Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Aírton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zannusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Junior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa.

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

MENSAGEM N. 139/86

Curitiba, 20 de outubro de 1986.

Senhor Presidente.

Nos termos dos artigos 22, inciso IX,

"in fine" e 41, § 3.^o da Constituição Estadual, tenho a honra de submeter à alta apreciação dessa Augusta Assembléia Legislativa a indicação do Doutor JOÃO CÂNDIDO F. CUNHA PEREIRA, para ocupar o cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado.

A notória experiência profissional do indicado, como médico, Professor Universitário, Secretário de Estado e como titular de outras importantes funções públicas, exercidas durante várias décadas, conferem-lhe plenas condições para exercer com a maior eficiência as elevadas funções de Conselheiro da Corte Estadual de Contas.

Para que essa Augusta Casa de Leis possa melhor julgar o acerto da indicação ora formulada, é anexado "curriculum vitae" do Doutor João Cândido F. da Cunha Pereira, onde está sucintamente demonstrada sua grande capacidade para o exercício do mencionado cargo.

Aproveito a oportunidade para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

CURRICULUM VITAE

NOME: João Cândido F. da Cunha Pereira

DATA NASCIMENTO: 14.11.1929

NACIONALIDADE: brasileira

ESTADO CIVIL: casado

END.PARTICULAR: Rua Carmelo Rangel, 568

FONE: 242.3706

C.P.F.: 000.543.219-72

C.I.: 140.810/PR

INSTRUÇÃO

Fez o curso primário no Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

Fez o curso ginásial e científico no Colégio Santa Maria, dos Irmãos Maristas.

Diplomou-se, como médico, em 1953, pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná.

ATIVIDADES PRÁTICAS

01. Instrutor contratado da Cadeira de Clínica Otorrinolaringológica da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná nos anos de 1958 e 1959;

02. Instrutor de Ensino Superior da Cadeira de Clínica Otorrinolaringológica em caráter efetivo, a partir de 1960, da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná;

03. Professor Assistente da Cadeira de

Clínica Otorrinolaringológica da Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná a partir de 1966;

04. Assistente da Cadeira de Clínica Otorrinolaringológica da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Católica do Paraná;

05. Instrutor Voluntário da Cadeira de Otorrinolaringologia da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná no ano de 1961;

06. Instrutor nomeado da Cadeira de Otorrinolaringologia da Faculdade Evangélica de Medicina do Paraná no ano de 1972;

07. Professor convidado da disciplina de Otorrinolaringologia na parte referente a Endoscopia Per-Oral nos anos de 1957, 1958, 1959, 1960 e 1961, da Escola de Enfermagem "Madre Leonie" da Universidade Católica do Paraná;

08. Professor dos Cursos de Socorros Urgentes da Cruz Vermelha Brasileira Filial do Paraná;

09. Prelecionou aulas na primeira Cadeira de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Paraná em 1954;

10. Prestou serviços médicos à segunda Cadeira de Clínica Cirúrgica da Faculdade de Medicina do Paraná;

11. Professor adjunto, por concurso do Departamento de Cirurgia do Setor de Ciências da Saúde do Paraná;

12. Professor Catedrático da Cadeira de Otorrinolaringologia da Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Federal do Paraná - 1975;

TÍTULOS ACADÊMICOS E OUTROS

01. Formado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Paraná em 1953;

02. Interno na Cadeira de Clínica Otorrinolaringológica do 4º ano do curso de Medicina de 1951, 1952 e 1953;

03. Estagiário em 1954, no Serviço de Endoscopia Per-Oral do Hospital São Paulo, da Escola Paulista de Medicina;

04. Estagiário no Serviço de Endoscopia Per-Oral do Hospital São Luiz Gonzaga-Ja-panã da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de São Paulo;

05. Voluntário da Cadeira de Otorrinolaringologia de outubro de 1954 a abril de

1958;

06. Certificado de Frequência do Curso de Gastroenterologia da Universidade do Paraná em 1953;

07. Certificado de Frequência do Curso de Hematologia Clínica de 1953, da Universidade do Paraná;

08. Certificado de Frequência do Curso de Endocrinologia da Universidade do Paraná em 1953;

09. Certificado de Frequência do Curso de Radiologia Óssea, da Universidade do Paraná em 1953;

10. Curso de Aperfeiçoamento de Anatomia Topográfica da Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná em 1950,

11. Seminário sobre Meios e Comunicação no Ensino Superior realizado em 1962 na Universidade Federal do Paraná;

12. Curso de Extensão Universitária sobre Labirintopatias, em 1963 na Universidade Federal do Paraná;

13. Curso de Extensão Universitária de Foniatria em 1964, na Universidade Federal do Paraná;

14. Curso de Extensão Universitária de Cistos e Tumores Não Malignos do Pescoço em 1964, na Universidade Federal do Paraná;

15. Curso de Extensão Universitária de Atualização em O.R.L., na Universidade Federal do Paraná;

16. Curso de Extensão Universitária, sobre atualização em otorrinolaringologia em 1964, na Universidade Federal do Paraná;

17. Como acadêmico prestou serviços junto ao Serviço de Oftalmo-Oto-Laringologia de janeiro de 1950 a 1953, do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários;

ATIVIDADES PROFISSIONAIS

01. Laboratorista do Quadro Geral da Secretaria de Saúde no ano de 1952;

02. Médico do Quadro da Secretaria de Saúde Pública do concurso em 1954;

03. Fez em 1955 como médico, funda e dirige o Serviço de Endoscopia Per-Oral do Hospital das Crianças "César Perneti" da Secretaria de Saúde Pública, onde se encontra até hoje;

04. Diretor do Hospital de Crianças César

Perneta nos anos de 1956, 1957, 1958 e 1959;

05. Secretário de Estado dos Negócios do Trabalho e Assistência Social no ano de 1959;

06. Chefe do Gabinete do Secretário do Trabalho e Assistência Social em 1959;

07. Responsável pelo Serviço de Endoscopia Per-Oral do Hospital Evangélico de Curitiba, desde 1959;

08. Membro do Conselho Diretor da Cruz Vermelha Brasileira Filial do Paraná;

09. Membro do Corpo Clínico do Hospital Evangélico de Curitiba desde 1959;

10. Presidente do Departamento de Otorrinolaringologia da Associação Médica do Paraná, no biênio de 1963/1964;

11. Delegado da Associação Médica do Paraná no biênio 1962/1963;

12. Membro da Comissão de Saúde da Associação Médica do Paraná, no biênio de 1968/1969;

13. Médico da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural de 1956 a 1961;

14. Médico da Campanha Nacional de Tuberculose no ano de 1956 a 1960;

15. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Broncoesofagologia da Associação Médica Brasileira no ano de 1969;

16. Chefe da Divisão de Hospitais do Departamento Técnico da Fundação Hospitalar do Paraná no período de janeiro de 1969 a abril de 1970;

17. Delegado da Associação Médica do Paraná no biênio de 1972 a 1973;

18. Secretário Geral do 13.^o Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia e Broncoesofalografia no ano de 1964;

19. Prestou serviços médicos junto ao Serviço Médico do Colégio Estadual do Paraná no ano de 1954;

20. Chefe do Serviço de Endoscopia Per-Oral da Santa Casa de Misericórdia de Curitiba;

21. Membro do Conselho Administrativo do Montepio dos Funcionários Públicos e Cíveis e Militares do Estado do Paraná, no ano de 1980;

22. Médico adjunto da Santa Casa de Misericórdia do Paraná desde 1954;

23. Chefe do Serviço de Endoscopia Per-Oral do Hospital de Clínicas da Universidade do Paraná;

24. Presidente da Sociedade Brasileira de Endoscopia Per-Oral de 1974 a 1975;

25. Conselheiro da Sociedade Brasileira Per-Oral Endoscopia em 1975/1976/1977;

26. Membro efetivo da 1.^a Jornada Paranaense de Gastroenterologia em Maringá-Pr - 1977;

27. Membro associado do Colégio Brasileiro de Cirurgias.

28. Vice-Presidente da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores Regional do Paraná em 1981;

29. Secretário da Sociedade Brasileira de Médicos Escritores do Paraná em 1978;

30. Diretor Presidente da Diamantina Construção e Desenvolvimento de Projetos Ltda.

A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.140/86

Curitiba, 21 de outubro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva fixar o vencimento mensal do cargo de Professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, em três vezes, o valor do salário mínimo, a partir de 1.º de janeiro de 1987.

O plano de lei ora proposto a essa Augusta Assembléia Legislativa, busca atender, na medida do possível, as aspirações do Magistério Paranaense, através de estudos da viabilidade econômico-financeira que determina fossem realizados por órgãos da Administração Pública, deles resultando a conclusão de que os valores constantes do anteprojeto são compatíveis com a atual conjuntura orçamentária do Estado, embora venham implicar em grande sobrecarga à "Lei de Meios" para o exercício de 1987.

A proposição reflete também, a constante preocupação do governo estadual no sentido de manter a remuneração dos integrantes do Magistério em níveis justos e atualizados, valendo ressaltar que a medida formulada atinge o limite máximo tolerável pelo Tesouro, e por isso em nenhuma hipótese poder-se-ão admitir gastos superiores aos decorrentes de forma proposta,

não obstante o reconhecimento às relevantes funções do Magistério do Paraná.

Certo de que o anteprojeto encaminhado merecerá desta Colenda Casa do necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

o ANTEPROJETO DE LEI 257/86

Art.1.º - O vencimento mensal do cargo de Professor PA-1, do Quadro Próprio do Magistério, será, a partir de 1.º de janeiro de 1987, correspondente a três vezes o valor do salário mínimo.

§ 1.º - É mantido o percentual de diferença existente entre os níveis de vencimentos das cinco categorias funcionais do Magistério.

§ 2.º - O Poder Executivo baixará os necessários decretos, nas ocasiões oportunas, aprovando as respectivas tabelas de vencimentos na forma do disposto neste artigo.

Art.2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação e produzirá efeitos na data prevista no artigo 1.º.

Art.3.º - Revogam-se as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.141/86

Curitiba, 21 de outubro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva autorizar o Poder Executivo a implantar aos Professores e Especialistas de Educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, o Regime Diferenciado de Trabalho.

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta aos interesses do ensino e da classe dos Professores. Através de expediente que me foi dirigido pela Secretaria de Estado da Educação, aquela Pasta justifica a proposição asseverando que: "A adoção do Regime Diferenciado de Trabalho, trará como principais benefícios aos Professores e Especialistas de Educação:

- melhor remuneração;
- condições de profissionalização dos professores e especialistas, evitando a necessidade de trabalho em diversos estabelecimentos de ensino;
- redução do serviço burocrático no que se refere à administração do pessoal;
- planejamento de novos métodos e novas técnicas aplicadas ao ensino, modernizando a aprendizagem.

Elementos a serem considerados:

- Jornada de Trabalho - é o número de

horas semanais de trabalho, em que o pessoal do Magistério exerce atividades inerentes ao cargo. O número de horas semanais para o pessoal docente, divide-se em hora-aula e hora-atividade.

- Hora-Aula - é o período de tempo em que o Professor desempenha atividades docentes com o aluno;

- Hora-Atividade - é o período de tempo em que o Professor desempenha atividades relacionadas direta ou indiretamente com a docência.

A medida proposta é inovadora e do interesse tanto do Estado como da Classe dos Professores, pois na medida que favorece o magistério, beneficia também a Educação."

Certo de que o proposição merecerá desta Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI Compl. 258/86

Art.1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a implantar aos Professores e Especialistas de Educação, integrantes do Quadro Próprio do Magistério, o Regime Diferenciado de Trabalho.

Art.2.º - A Secretaria de Estado da Educação proporá, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, o Regulamento do Regime Diferenciado de Trabalho, a ser implantado gradativamente.

Art.3.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N.142/86

Curitiba, 21 de outubro de 1986.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva alterar os dispositivos que especifica, da Lei Complementar n.7, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério).

O plano de lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis consulta os interesses do ensino e da classe dos Professores, eis que dá novo disciplinamento à concessão de aulas extraordinária, bem como à remuneração, contagem de tempo e incorporação das mesmas a proventos de inatividade.

No sentido de apresentar maior detalhamento quanto à oportunidade e necessidade da medida, é anexada cópia autêntica de Exposição de Motivos firmada pela Senhora Secretária de Estado da Educação.

Certo de que a proposição merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e

consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado

Ampl.
o ANTEPROJETO DE LEI n.º 259/86

Art.1. - A "Seção Única", que trata "das Gratificações, pertencente ao Capítulo IX - "Das Vantagens", da Lei Complementar n.7, de 22 de dezembro de 1976, com redação dada pela Lei Complementar n.13, de 23 de dezembro de 1981, passa a denominar-se "Seção I", ficando dela excluído o artigo 76, que integrará com nova redação a "Seção II" - "Das Aulas Extraordinárias".

"Art. 76 - A aula extraordinária terá valor fixado em função dos níveis de vencimentos do Plano de Classificação de Cargos (Anexo II), observados os critérios seguintes:

I. - nas 04 (quatro) primeiras séries do 1.º Grau e no ensino pré-escolar, 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial do respectivo cargo efetivo, limitado a 20 (vinte) o número de aulas extraordinárias semangis;

II - a partir da 5.ª série do 1.º Grau, inclusive, até a última série do 2.º Grau:

a) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe B, ao ocupante de cargo de Magistério:

1. com formação pedagógica até o 2.º Grau;

2. acadêmico de curso superior de formação pedagógica;

3. Não incluído nos incisos seguintes;

b) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe C, ao ocupante de cargo de Magistério:

1. com licenciatura de curta duração;

2. portador de registro "D" do Ministério da Educação e Cultura, não licenciado;

c) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe E, ao ocupante de cargo do Magistério, portador de licenciatura plena.

§ 1. - Fica assegurado ao Professor ou Especialista de Educação, o direito de contar ao seu acervo de serviço público, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço correspondente às aulas extraordinárias ou suplementares ministradas anteriormente à investidura no respectivo cargo, efetuada a conversão na forma adotada pela administração, independentemente do número de atos designatórios ou de estabelecimentos em que tenha ministrado essas aulas.

§ 2. - O Professor ou Especialista de Educação terá incorporado aos proventos de aposentadoria, valor correspondente à me-

dia das aulas extraordinárias ou suplementares ministradas nos últimos 10 (dez) anos imediatamente anteriores, desde que não tenha optado pela contagem de tempo na forma do § 1.º.

Art.2. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

O objeto desta reivindicação prende-se a três assuntos que, embora pareçam semelhantes, distinguem-se, principalmente, pelo tratamento desigual dado pela própria administração da política de pessoal do Estado.

Embora esses temas já tenham sido alvo de pronunciamento da Egrégia Procuradoria Geral do Estado, através de diversos Pareceres, queremos crer que face à relevância dos mesmos e do grande número de funcionários envolvidos no pleito de tais direitos, merecem os assuntos urgente alteração para deslinde definitivo da controvérsia, mesmo porque, a perdurar esse entendimento configurar-se-á tratamento desigual para a mesma matéria, pois muitos professores já foram beneficiados anteriormente a modificação ora em vigor.

Destacaremos, então, cada caso:

1. Caso - Para um melhor entendimento, expomos um exemplo: O professor detentor de 1 padrão depois de certo tempo de serviço faz o seu 2.º concurso, passa e é efetivado num 2.º padrão, a partir daí deverá ter incorporado a esse cargo o tempo de serviço prestado lecionando aulas extraordinárias, que lecionara paralelamente ao 1.º padrão efetivo. Isto, porque o professor, conforme permitem as Constituições Federal e Estadual, pode acumular 2 (dois) cargos, ou seja, duas jornadas de trabalho. Assim, deve se contar num 2.º padrão o tempo da jornada de aulas extraordinárias, pois embora paralela ao padrão efetivo, corresponde a período de trabalho que por direito constitucional pode exercer.

Convém recordar que a Lei n. 28/48, estabelecia como carga horária 10 aulas por semana, pelo padrão efetivo e as alterações posteriores, (decretos 7212/56 e 17171/65 e Lei Complementar 07/77), limitavam o número máximo de horas/aula/semanais, sempre com a possibilidade do professor com um padrão apenas atingir esse limite com aulas suplementares, (agora extraordinárias).

No entanto, quanto a esta pretensão foi expedido pela digna Procuradoria Geral do Estado, o Parecer n. 598/84, de 26 de novembro de 1984, concluindo-se pela impossibilidade da contagem do tempo referente a aulas extraordinárias ou suplementares ministradas simultaneamente com o

primeiro padrão em benefício de segundo padrão do magistério público estadual obtido posteriormente.

O Parecer contrário dessa Procuradoria foi baseado na preliminar de que a aula extraordinária ou suplementar é apenas um acréscimo da carga horária a que está obrigado o professor que tem um padrão.

Todavia, não podemos perfiar do mesmo entendimento, pois à parte da norma legal que adiante transcrevemos, muitos professores já contaram períodos de tempo de serviço prestado como aulas suplementares configurando-se, destarte, injustiça para os que ainda não contaram, por não terem requerido na época que estavam sendo apreciados favoravelmente, ou porque prestaram serviços depois de modificado o parecer anterior ao n. 598/84, referido.

Com efeito, o Estatuto do Magistério Público, (Lei Complementar N. 07/76, de 22 de dezembro de 1976), refere em seu artigo 71, item IV:

"Art.71 - Conceder-se-á gratificação ao Professor ou Especialista da Educação:

.....
IV - pelo exercício do encargo como auxiliar ou professor em curso legalmente instituído sempre que realizar a atividade excedente de suas horas regulares de trabalho."

Já o Art.76, do mesmo diploma legal menciona:

"Art.76 - A aula extraordinária terá valor fixado em função dos níveis de vencimentos do Plano de Classificação de Cargos (Anexo II), observados os critérios seguintes:

o I - nas 4 (quatro) primeiras séries do 1. Grau e no ensino pré-escolar, 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial do respectivo cargo efetivo limitado a 20 (vinte) o número de aulas extraordinárias semanais; a

II - a partir da 5. série do 1.º Grau, inclusive, até a última série do 2.º Grau:

a) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe B, ao ocupante de cargo de Magistério:

1. com formação pedagógica até 2.º Grau;

2. acadêmico de curso superior de formação pedagógica;

3. não incluído nos incisos seguintes;

b) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe C, ao ocupante de cargo de Magistério:

1. com licenciatura de curta duração;

2. portador de registro "D" do Ministério de Educação e Cultura, não licenciado;

c) 1/90 (um noventa avos) do vencimento da referência inicial da Classe E, ao ocupante de cargo do Magistério, portador

de licenciatura plena." (*)

(*) Redação dada ao artigo 76, pela Lei Complementar N.13, de 23/12/81.

Desde a edição do Estatuto do Magistério diversos decretos foram expedidos regulamentando a atribuição e designação de aulas extraordinárias, no presente exercício vigora o de N.6743, de 13 de novembro de 1985, do qual transcrevemos alguns dispositivos para melhor elucidação da matéria:

"Art. 1º - Aulas extraordinárias são as de cunho eventual ou esporádico, atribuíveis aos integrantes do Quadro Próprio do Magistério e Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, para a regência de classe no Ensino no Pré-Escolar, Ensino Regular a partir da 1.ª série do 1.º Grau até a última série do 1.º Grau até a última série do 2.º Grau (Lei Complementar N. 13, de 23 de dezembro de 1981) a partir do 3.º período do Ensino Supletivo, após a atribuição das aulas efetivas existentes.

Parágrafo Único - Os professores, a que se refere este artigo, poderão ministrar até o máximo de 40 (quarenta) horas/aula semanais, incluídas nesse total a carga horária referente ao(s) seu(s) cargo(s) ocupado(s) na Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal.

Art.3. - Quando a soma das horas/aula da jornada semanal obrigatória dos professores efetivos for inferior ao número total de horas/aula semanais necessárias ao cumprimento das grades curriculares do estabelecimento de ensino, a diferença será suprida por aulas extraordinárias.

Parágrafo Único - Constatada a falta absoluta de professores efetivos para assumirem aulas extraordinárias nas disciplinas específicas, segundo a habilitação e grau de ensino, a diferença poderá ser suprida mediante a contratação de professores pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho, com prévia análise do setor competente da Secretaria de Estado da Educação, ao qual caberá formalizar a contratação.

Art. 6. - O valor da hora/aula extraordinária será fixado conforme o previsto no art.76 da Lei Complementar N.07, de 22 de dezembro de 1976, com a redação dada pelo art. 1.º da Lei Complementar N.13, de 23 de dezembro de 1981. O valor da hora/aula contratada pela Consolidação das Leis do Trabalho será fixado pelo Chefe do Poder Executivo.

§ 1º - O professor somente terá direito a pagamento por aulas extraordinárias após ter completado a carga horária do cargo efetivo, em regência de classe ou em função para a qual seja designado por Portaria, Resolução ou autorização prévia

do Diretor Geral, da Secretaria de Estado da Educação.

§ 2. - Idêntico procedimento se aplica ao especialista de educação, no que diz respeito às funções não docentes.

§ 3. - Quando, no último trimestre do ano, ocorrer a designação para ministrar aulas extraordinárias o professor substituto fará jus somente às aulas que ministrar."

Como se verifica, tais aulas são de cunho eventual ou esporádico revestindo-se de características próprias não sendo em absoluto, complemento da carga horária obrigatória cometida aos professores, mas sim, atribuídas justamente quando faltam mestres para o cumprimento da grade curricular do estabelecimento.

Cabe aqui referir, que até 1980, apesar do Estatuto do Magistério datar de 1976, tais aulas continuaram a denominar-se "suplementares" e até a data da Lei n.7208, de 15 de outubro de 1979, foram computadas - após devida transformação - como tempo de serviço aos Professores e Especialistas de Educação.

A Lei N.7208, de 15 de outubro de 1979, citada, deu direito aos professores suplementaristas, regidos pela Lei N.6508, de 13 de dezembro de 1973, a integrarem o Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo desde que não detivesse um cargo público 2/ou ocupante de cargo público estadual foi facultado o direito de optar pelo enquadramento desde que preenchessem os requisitos da lei.

Releva acrescentar que, mesmo apesar da Lei Complementar N.07 (Estatuto do Magistério), até 1980 os professores continuaram a ser designados para aulas suplementares e inclusive tiveram esses períodos computados.

A partir de 1980, a denominação dessas aulas passou a ser "extraordinárias" mas, mesmo assim, foi mantida a sua contagem em favor dos professores até a data do parecer N.115/84 - PGE, vale dizer, de 26 de novembro de 1984. Verifica-se, dessa forma, que a aula suplementar e a extraordinária têm a mesma característica, tanto uma como a outra foram criadas para o cumprimento da grade curricular dos estabelecimentos de ensino e referem-se a aulas efetivamente ministradas, independentemente da carga horária obrigatória do professor.

A denominação "gratificação", apesar de assim posta no Estatuto do Magistério, não se confunde com aquela atribuída para premiar o funcionário pelo desempenho de determinada função durante o horário normal de trabalho.

Assim, cerca de 2.000 (dois mil) professores contaram os períodos em que lecionaram aulas extraordinárias, gerando

vantagens pecuniárias e até aposentadorias. Agora, face o novo entendimento, tais atos estão na iminência de serem revistos com conseqüências inevitáveis sobre a situação funcional desses professores.

Sem embargo do expendido pela ilustrada prolatora do Parecer N.702/85 - PGE, tomamos a liberdade de aditar as seguintes reflexões.:

Não está em questão a obrigatoriedade e dever do funcionário em comparecer à repartição na hora de trabalho ordinário e as de extraordinário, quando convocado, (Art. 279, XVII, do Estatuto Funcional), nem a relevância social de suas obrigações, (art.82, do Estatuto do Magistério), e tão pouco ao que alude o artigo 46, da Lei n. 4544/62).

Refere-se a discussão, a período de serviço não correspondente ao expediente normal que tem o servidor de comparecer ao serviço ou de atender a possíveis convocações para serviços extraordinários e sim à contagem de tempo de serviço prestado não em caráter obrigatório ou por convocação, mas por voluntariedade do servidor em horário não coincidente com o expediente normal.

Refere-se o artigo 76, da Constituição do Estado:

"Art. 76 - O tempo de serviço público federal estadual ou municipal será computado integralmente para os efeitos de aposentadoria e disponibilidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - O tempo de serviço prestado ao Estado computar-se-á, também, para os demais efeitos legais"

O Estatuto dos Funcionários Públicos, também em seu artigo 132, menciona:

"Art. 132 - A apuração do Tempo de Serviço será feita em dias.

§ 1.º - O número de dias será convertido em anos, considerado o ano como de trezentos e sessenta e cinco dias".

Ora, o tempo de serviço despendido pelo servidor, fora de seu horário normal de trabalho, e remunerado pelos cofres públicos - condição sempre reconhecida como essencial para o reconhecimento do tempo de serviço - deve ser computada para os efeitos que a lei prevê. Óbvio, que se o professor deu o número de aulas suplementares ou extraordinárias não correspondentes a um outro padrão - atualmente, 20 horas/aula semanais - não pode contar o tempo integralmente, mas efetuada a conversão adotada até o advento do Parecer n. 240/85-PGE.

Foi perfeitamente delineada a concei-

tuação de cargo público no Parecer n. 702/85-PGE. No entanto, não está em foco esse aspecto, pois os professores que intentam períodos de aula lecionadas como suplementares ou extraordinárias - já detêm um cargo público. Tratando-se, apenas de somar a este cargo, tempo de serviço prestado além do horário normal de trabalho exigido para seus cargos.

Nestas condições, vemos que como medida de bom senso e de justiça, já que anteriormente ao Parecer n. 240/85-PGE, vinha sendo esse procedimento adotado, poderá a administração voltar a reconhecer em benefício dos professores, os períodos de aulas suplementares ou extraordinárias.

2º caso - Diz respeito à questão dos professores que, ao completarem 30 (trinta) anos de serviço (homens) e 25 (vinte e cinco) anos (mulheres), fazem jus a aposentadoria com os proventos do cargo efetivo e com o valor referente à média das aulas suplementares, (extraordinárias) dos últimos 10 (dez) anos. Até 1980, era esse o procedimento, a partir daí, simplesmente cortou-se o direito à percepção dessa média de aulas suplementares.

A Lei n. 4697/62, art. 19, ainda em vigor, como bem refere o Parecer n. 702/85-PGE, dá o direito do professor a levar a média das aulas suplementares remuneradas nos últimos 10 (dez) anos. Contudo, após 1980, tal vantagem deixou de ser concedida sob a argumentação de que o funcionário não pode receber, ao aposentar-se, proventos superiores aos que vem percebendo na ativa. Tal fato vem gerando, todavia inúmeras ações judiciais, julgadas sempre favoravelmente aos professores. Portanto, seria o caso de se voltar a aplicar o dispositivo legal mencionado.

3º caso - Prende-se à solicitação dos professores que antes de ingressarem nos Quadros do Magistério Público Estadual, por concurso ou declaração de estabilidade, ministravam aulas suplementares em número correspondente a dois padrões, porém, através de designação de uma só Portaria ou Resolução Secretarial.

Exemplo: Leciona num só colégio 20 aulas semanais suplementares, o que até 1956 significava 2 jornadas de trabalho de 10 horas cada ou a partir de 1981, 40 horas semanais, o que corresponde às mesmas duas jornadas e se tiver lecionado num só colégio possui uma única Portaria designatória de aulas suplementares. O professor nessa situação, ao realizar dois concursos e se efetivar nos dois cargos, só poderá contar o tempo de aulas extraordinárias para um dos cargos, pois pelo Parecer n. 240/82, o que vale para a contagem é o número de Portarias e não o de aulas que perfazem jornadas de trabalho. O mesmo professor do exemplo citado, se tiver lecionado 10 au-

las suplementares, (até igual a uma jornada de trabalho), 5 aulas em um segundo colégio e mais 5 aulas noutra, ou a partir de 1956, 20 aulas suplementares, (uma só jornada), 10 aulas em um colégio e 10 num outro, terá forçosamente duas portarias de designação de aulas suplementares e, se efetivar nos dois cargos, terá o tempo de serviço contado para os dois padrões, pelo simples fato de ter duas Portarias por ano.

O Parecer n. 240/82, tal como está, comete uma injustiça e uma falsa avaliação, pois o que define uma jornada de trabalho do professor é a carga horária, não o número de Portarias para designá-las.

A manter-se o entendimento atual, não estaremos aplicando com equidade a norma legal, configurando-se tratamento injusto aos professores que lecionaram o mesmo número de aulas que outros que somente por terem sido designados por duas Portarias, tiveram o tempo de serviço integralmente reconhecido.

Cumprir referir que determinadas categorias de funcionários pelas características próprias de suas atuações detêm horários especiais ou reduzidos. Nesse caso, estão os professores, cuja carga horária, atualmente, para os integrantes do Quadro Próprio do Magistério é de 20 (vinte) horas, (Lei Complementar n. 07, de 22 de dezembro de 1976).

Portanto, face a condição especial de algumas classes funcionais, as próprias Constituições Federal e Estadual permitem a acumulação de cargos, dentro dos requisitos que estabelecem.

Assim dispõe o artigo 65, da Constituição Estadual, que inclusive repete o de n. 99, da Constituição Federal:

"Art. 65 - É vedada a acumulação remunerada de cargos e funções públicas, exceto:

I - a de juiz com um cargo de professor;

II - a de dois cargos de professor;

III - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico;

IV - a de dois cargos privativos de médico ou

V - outros casos previstos em lei complementar à Constituição Federal.

§ 1. - Em qualquer dos casos, a acumulação somente será permitida quando houver correlação de matérias e compatibilidade de horários".

Dessa forma, aos professores é permitida a acumulação de cargos, observada, obviamente, a compatibilidade de horários e a correlação de matérias. Nesse sentido, entendemos que o professor ao ministrar aulas suplementares em número igual ou su-

perior ao correspondente a um padrão (mais de 20 horas/aulas semanais), e mesmo o equivalente a dois padrões, (40 horas/aula semanais), faz jus ao acréscimo desses períodos, ao seu acervo de serviço, de forma desdobrada, uma vez que as próprias Portarias de designações já esclarecem os períodos e o número de aulas semanais, mesmo porque o contrário não dispõe o art. 132 e seus parágrafos do Estatuto dos Funcionários Públicos do Estado.

Conclui-se, dessa forma, que aos professores que ministraram aulas suplementares deve ser reconhecido o direito de contar o tempo de serviço conforme o número de aulas ministradas independente do ato designatório pois houve casos em que uma mesma Portaria ou Resolução designara o servidor para lecionar 40 (quarenta) ou mais aulas, ou seja, o equivalente a dois padrões do Magistério.

Por todo o exposto, não desconsideradas as razões expendidas no Parecer n. 702/85-PGE, mas face a relevância do assunto e da controvérsia estabelecida nas questões assinaladas, temos a honra de encaminhar Anteprojeto de Lei Complementar a fim de regulamentar os assuntos em questão.

(a) GILDA POLI ROCHA LOURES
Secretária de Estado da Educação

MENSAGEM N. 143/86.

Curitiba, 21 de outubro de 1986.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei complementar que objetiva dar nova redação ao Art. 34, da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976, alterado pela de número 13, de 23 de dezembro de 1981, na parte que trata de interstício para promoções de integrantes do Quadro Próprio do Magistério.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis, consulta aos interesses do ensino e da classe dos professores. Através de expediente que me foi dirigido pela Secretaria de Estado da Educação, aquela Pasta justifica a proposição asseverando que: "No art. 32, § 2., alínea "b", da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976, com a redação dada pela Lei Complementar n. 13, de 1981, estão previstas as promoções por avanço vertical por habilitação para os Professores e Especialistas de Educação, do Quadro Próprio do Magistério, ou seja, a elevação do Professor ou Especialista, à classe de remuneração imediatamente superior, respeitados os requisitos legais.

Presentemente, o interstício para o avanço vertical, por habilitação, é de 2 (dois) anos, consoante estabelece o art. 34, da referida lei.

Propõe-se, com o anteprojeto de Lei Complementar em apenso, reduzir esse interstício, no caso do avanço vertical, por habilitação, para 1 (um) ano, dando-se nova redação ao pré-citado art. 34, do Estatuto do Magistério, mantendo-se o interstício para o avanço diagonal em 2 (dois) anos.

Além dessa vantagem, está sendo proposta também, com a inserção de um parágrafo único, ao art. 34, a possibilidade de redução desse interstício para 6 (seis) meses para os Professores ou Especialistas do sexo feminino, que já contem com mais de 25 anos de serviço e da mesma forma para os Professores do sexo masculino desde que contem com mais de 30 anos de serviço."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JOÃO ELÍSIO FERRAZ DE CAMPOS
Governador do Estado.

ANTEPROJETO DE LEI *Compl. 260/82*

Art. 1. - O art. 34, da Lei Complementar n. 7, de 22 de dezembro de 1976 - Estatuto do Magistério Público do Paraná, alterado pela Lei Complementar n. 13, de 23 de dezembro de 1981, passa a ter a seguinte redação, acrescido de parágrafo único:

"Art.34 - O interstício entre duas promoções por avanço diagonal, por habilitação, será de 1 (um) ano e o do avanço diagonal por merecimento será de 2 (dois) anos.

Parágrafo único. O interstício de 1(um) ano, a que se refere o "caput" deste artigo, fica reduzido para 6 (seis) meses para os Professores ou Especialistas de Educação, do sexo feminino, que contem com mais de 25 (vinte e cinco) anos de serviço para todos os efeitos legais e do sexo masculino que contem com mais de 30 (trinta) anos de serviço, também para todos os efeitos legais, na data da publicação desta lei.

Art. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
- À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 261/86
A Assembleia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - O art. 1º da Lei n. 7980, de 30 de novembro de 1984, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º - O Instituto de Previdência

e Assistência aos servidores do Estado - IPE, custeará as despesas médico-hospitalares, em acomodação individual com direito a acompanhante, dos funcionários públicos estaduais estatutários internados em consequência de ferimentos ou acidentes sofridos durante o desempenho de suas funções, na base de 100% sobre a Tabela vigente na Autarquia, na época do acidente.

Parágrafo Único - Se o internamento for de urgência em estabelecimento hospitalar não credenciado, o IPE tomará imediatas providências destinadas a regularizá-lo, conforme o Reembolso Hospitalar."

Art. 2º - O IPE regulamentará a presente lei, no prazo de 30 dias após sua publicação.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 23.10.86.

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

Este projeto de lei tem por finalidade estender a todos os funcionários estatutários do Estado, os benefícios concedidos pela Lei n. 7980, de 30 de novembro de 1984, no sentido de custear as despesas médico-hospitalares aos funcionários internados em consequência de ferimentos ou acidentes sofridos durante o desempenho de suas funções, na base de 100% sobre a Tabela vigente na Autarquia, à época do acidente.

Tendo em vista o Princípio Constitucional da Isonomia, este projeto de lei vem eliminar o elemento "DISCRÍMEN" entre os funcionários estatutários, pois este benefício já alcança a Polícia Civil do Estado.

Com isso, apresentamos o presente projeto de lei que, esperamos, irá contar com a total aprovação dos nobres Pares com assento neste Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo oradores inscritos nem no Pequeno e nem no Grande Expedientes, passamos ao Horário das Lideranças.

Não havendo oradores inscritos no Horário das Lideranças, declaro encerrada Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Anibal Khury, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, às 10:00 horas com a seguinte

ORDEM DO DIA:

TRABALHO NAS COMISSÕES TÉCNICAS.

Levanta-se a sessão.

4.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.ª LEGISLATURA ATA DA 23.ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 23 DE OUTUBRO DE 1986 QUINTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Tuguio Setogutte e Augusto Carneiro. Às dez horas e dez minutos, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Junior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongrue, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu Franca, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57). Achando-se em licença o Senhor Deputado Edmar Luiz Costa (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Senhores Deputados.

Destinada aos trabalhos nas Comissões Técnicas deste Poder.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária.

Levanta-se a sessão.